


ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
GABINETE

PORTARIA Nº 811 /2.007-GAB.

HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 19082622/2000 - 3.508

R E S O L V E:

Art. 1º - Outorgar a **EDUARDO MARQUES DE CARVALHO DIAS**, casado, agropecuarista, inscrito no CPF sob o nº , RG nº , por 06 (seis) anos o uso das águas do Córrego Esgotão, no trecho localizado na , no município de Jussara, Estado de Goiás, para derivação durante 1.050 (um mil e cinqüenta) horas por ano, de até 146,61 l/s (cento e quarenta e seis vírgula sessenta e um litros por segundo), para irrigação por pivô central, com área de 113,51 ha.

Parágrafo Único - Todas as obras e projetos desta concessão encontram-se implantadas conforme determinação da Portaria nº 964/2001 - GAB, de 22 de Novembro de 2001, renovada por esta.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo **ENGENHEIRO AGRÔNOMO ADLEY JOSE DE JESUS, CREA-GO nº 8748/D**, o qual torna-se Responsável Técnico, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompor e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A captação é realizada em um canal à jusante, originado de uma barragem já construída (P. 3.504), com um volume útil mínimo de 1.224,420,50 m³ (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte vírgula cinqüenta metros cúbicos), suficiente para atender a demanda hídrica do projeto, e manter regularizada a vazão à jusante, do Córrego Esgotão;
- V. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental**.

condições impostas nesta Portaria.

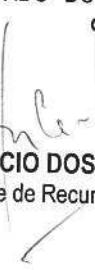
Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das

disposições em contrário.

C U M P R A - S E.

RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 27 dias do mês de agosto de 2.007.


JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente de Recursos Hídricos